O Financial Services and Markets Act 2022 como lei-quadro

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A legislação financeira de Singapura cresceu lei a lei. O Banking Act 1970, o Insurance Act 1966, o Securities and Futures Act 2001 e o Financial Advisers Act 2001 regulam, cada um, um setor. O mesmo fazem o Trust Companies Act 2005 e o Payment Services Act 2019, cada um com sua própria licença, suas próprias regras de conduta e suas próprias disposições de enforcement. O Financial Services and Markets Act 2022 (FSMA) foi concebido como uma lei horizontal, situada acima dessas leis setoriais, que reúne poderes que a Monetary Authority of Singapore (MAS) desejava exercer em todas elas. Foi aprovado pelo Parlamento em 5 de abril de 2022 e vem entrando em vigor em etapas desde 2023.[1]

Quatro grupos de disposições importam para os ativos digitais. O primeiro é a Parte 9, que cria o regime de licenciamento para prestadores de serviços de tokens digitais que operam a partir de Singapura, mas atendem apenas clientes fora de Singapura, regime examinado na Parte K, Capítulo V e resumido no Capítulo III abaixo. A seção 137 proíbe que uma pessoa física ou uma partnership exerça, a partir de um estabelecimento em Singapura, a atividade de prestar um serviço de tokens digitais fora de Singapura sem licença. Proíbe também que uma sociedade de Singapura exerça essa atividade, seja a partir de Singapura, seja de outro lugar. A seção 136

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

define token digital como um digital payment token (token de pagamento digital) no sentido da seção 2(1) do Payment Services Act 2019 ou uma representação digital de um capital markets product no sentido do Securities and Futures Act 2001.[2] As isenções da seção 137(5) asseguram que quem já esteja licenciado ou isento nos termos das leis setoriais para a mesma atividade não precise de uma segunda licença.

O segundo grupo é o poder harmonizado de emitir ordens de proibição. Antes de 2022, a MAS só podia afastar uma pessoa do setor financeiro com base na lei que regia o setor em que a má conduta ocorrera. Um gestor de fundos banido nos termos do Securities and Futures Act podia, em tese, reaparecer como administrador de uma empresa de serviços de pagamento. A Parte 7 do Financial Services and Markets Act 2022 permite à MAS proibir uma pessoa de exercer qualquer função em qualquer instituição financeira regulada, incluindo um licenciado de digital payment tokens, quando a pessoa não for fit and proper (idônea e apta). O terceiro grupo dá à MAS base legal para impor requisitos de gestão de risco tecnológico a todas as instituições financeiras e aplicar sanções em caso de violação, o que importa para exchanges e custodiantes cujo risco central é cibernético. O quarto grupo harmoniza entre os setores os poderes de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e fornece a base legal para que os notices da MAS sobre essas matérias sejam dirigidos a qualquer categoria de instituição.[3]

A própria MAS descreve a lei como um "guarda-chuva". A metáfora é adequada em um aspecto e enganosa em outro. É adequada porque a lei abrange toda pessoa regulada, independentemente do setor. É enganosa porque a lei não substitui as licenças setoriais. Um negócio de digital payment tokens continua a precisar de sua licença nos termos do Payment Services Act 2019, uma bolsa de valores mobiliários tokenizados continua a precisar de reconhecimento nos termos do Securities and Futures Act 2001, e uma trust company que detenha tokens continua a precisar de sua licença nos termos do Trust Companies Act 2005. O Financial Services and Markets Act 2022 acrescenta uma camada de poderes e, para o prestador que atua apenas no exterior, uma nova licença. Não retira nada.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Notas

1. Financial Services and Markets Act 2022 (Act 18 of 2022), aprovado pelo Parlamento em 5 de abril de 2022; entrada em vigor em fases, por notificação, a primeira parcela com efeitos a partir de 28 de abril de 2023 e a Parte 9 com efeitos a partir de 30 de junho de 2025. ↩
2. Financial Services and Markets Act 2022, seção 137(1), (3), (5) e (6) (licenciamento de prestadores de serviços de tokens digitais; isenções para pessoas licenciadas nos termos do Securities and Futures Act 2001, do Financial Advisers Act 2001 ou do Payment Services Act 2019; sanções) e seção 136(1) (definições de “digital token”, “digital payment token” e “digital token service”), texto conforme publicado no Singapore Statutes Online. ↩
3. Financial Services and Markets Act 2022, Parte 7 (ordens de proibição), Parte 5 (gestão de risco tecnológico) e Parte 4 (combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.